

AJUDA MEMÓRIA - 6ª REUNIÃO DO GTA SEGURANÇA HÍDRICA DO NORDESTE

Data: 18/06/2025

Local: Sala de Vidro – ANA, Brasília/DF e Teams.

Estiveram presentes na reunião, que aconteceu no formato híbrido - presencial nas instalações da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e remoto pelo Teams -, representantes de órgãos da administração pública federal e estadual e de comitê de bacia, conforme lista anexa, para tratar dos desafios e necessidades para a operação e manutenção de infraestrutura hídrica objetivando o aumento da segurança hídrica na região Nordeste. A reunião foi coordenada pelo Diretor Interino da ANA, Marco Neves.

O Superintendente de Operações e Eventos Críticos da ANA, **Joaquim Gondim**, fez uma apresentação sobre o “Acompanhamento dos Sistemas Hídricos Regionais” e mostrou a evolução da situação das secas nos meses de março a maio de 2025, conforme dados do Programa Monitor de Secas, e sobre os municípios com reconhecimento do Governo Federal dos Decreto de Situação de Emergência. O Superintendente informou que a ANA realiza o monitoramento de 543 reservatórios no Nordeste e Semiárido, disponível para a toda a sociedade através do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios – SAR da Agência, destacando que a situação de armazenamento se encontra em 50,78% (Reservatório Equivalente), valor este da mesma ordem de grandeza do volume observado para essa época nos últimos 3 anos. Dr. Joaquim salientou que o período chuvoso apresentou irregularidade na distribuição das precipitações tanto na escala espacial como na temporal. Tratou, ainda, da importância da participação das fontes de energia eólica e solar na região, que permitiu a menor utilização da fonte hídrica para a geração hidrelétrica, contribuindo, assim, para a manutenção dos reservatórios da bacia do rio São Francisco, que se encontram em boas condições de armazenamento para a época.

A apresentação do Coordenador da ANA, **Bruno Collischonn**, intitulada “Acompanhamento dos Sistemas Hídricos Locais (SHL)” iniciou com a caracterização desses SHLs. De uma maneira geral no semiárido, no período úmido, as chuvas foram insuficientes e terminaram mais cedo do que o normal para a região. Como consequência, muitos açudes estão em condição abaixo do esperado, levando a restrições em usos como a irrigação. Sugere a adoção de ações de gestão, incluindo aquelas voltadas à operação do PISF e à manutenção de equipamentos hidromecânicos das infraestruturas hídricas em operação. No âmbito estadual, sugere medidas como relocação de adutoras e de pontos de captação, reparos em canais e infraestruturas e uso de mananciais alternativos como ação de redundância. Nesse sentido, informou sobre ofícios da ANA aos Governadores do RN e da BA sobre a situação de alguns SHLs, com destaque para o Mirorós, Ceraíma e Brumado, na BA, Armando Ribeiro Gonçalves/Baixo Açu, no RN e Engenheiro Avidos/São Gonçalo, na PB.

Durante as discussões, o Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica da ANA, **Wesley Gabrieli de Souza**, informou sobre o corte orçamentário da Agência, que impactará diretamente na operação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) - das 444 estações do semiárido que medem nível dos açudes e algumas delas, defluência, haverá interrupção do monitoramento de cerca de 50%. Na sequência, o Superintendente de Regulação de Serviços Hídricos e Segurança de Barragens da ANA, **Bruno Rebouças**, informou sobre a revisão do Plano de Gestão Anual - PGA/PISF, que deverá ser deliberado em breve pela Diretoria da ANA (foi deliberado na 937ª Reunião Deliberativa Ordinária da DIREC, em 30 de junho de 2025).

Em seguida, cada Estado apresentou seus desafios e necessidades com vistas à segurança hídrica frente ao quadro, no geral, de baixa acumulação que se verificou neste ano em relação a 2024. Durante as falas, muitos Estados manifestaram preocupação com os cortes no orçamento da ANA e seu rebatimento, em especial, na operação da RHN, por ser ação contínua, com efeitos que não poderão ser recuperados, além da descontinuidade dos Programas Progestão e do Qualíagua.

Representando o Estado de Alagoas, **Gino Oliveria**, informou o foco de atuação do Estado na vertente do rio São Francisco, onde se concentram rios intermitentes. Falou da importância do Canal do Sertão, planejado para uma extensão de 250 Km, dos quais 123 Km estão concluídos. Citou os vários programas em andamento no Estado com diferentes objetivos, desde soluções para o abastecimento público de água e utilização de poços e barragens subterrâneas para melhorar a disponibilidade hídrica. Informou também a aprovação da Cobrança pelo Uso da Água pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Antônio Martins de Oliveira Rocha, pelo Estado da Bahia, enumerou pontos críticos para a segurança hídrica, como a necessidade de aprimoramento do monitoramento, integração institucional e governança, infraestrutura e vulnerabilidade, e conservação de bacias hidrográficas. Sobre o monitoramento, citou o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SIRH) e que espera a assinatura de acordo de cooperação com a ANA para integração dos dados. Citou a adaptação à mudança do clima, com fortalecimento da resiliência hídrica, além do zoneamento de riscos climáticos, destacando a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, e a importância de mudar a perspectiva de ações mitigadoras para ações preventivas e de adaptabilidade frente ao cenário climático.

Pelo Estado do Ceará, seus representantes, **Ramon Rodrigues e José Ailton Sousa Brasil**, citaram os 157 açudes monitorados, que hoje estão com armazenamento de 54,45%. Há diferenças de acumulação no Estado, e a grande preocupação é com a região central. Segundo constatado, havia uma trajetória de melhora no armazenamento nos últimos 3 a 4 anos, o que não se confirmou para este ano, que se encontra em situação pior que a de 2024. No Sertão de Crateús, o acumulado está em apenas 19% e, para minimizar essa situação, foi construída uma adutora emergencial com alturas manométricas superiores a 300m, e há uma expectativa em relação ao Açude Fronteiras, que pertence ao DNOCS, para garantir o fornecimento de água para a região. Neste ponto, o **DNOCS** informou a aprovação da licitação para o Açude, com expectativa de publicação do Edital em julho. Outro ponto de atenção é Quixadá que, apesar de o Açude Pedras Brancas estar com bom volume armazenado, os níveis de cloreto de sódio na água estão muito altos, o que tornará a situação crítica para abastecimento a partir de novembro/dezembro deste ano. Neste caso, o Açude Banabuiú poderá ser uma alternativa para minimizar a situação. Outras preocupações são a região do Salgado, importante contribuinte do Açude Castanhão, onde a chuva não foi boa, e região do Cariri Ocidental.

Porfírio Loureiro, representante do Estado da Paraíba, falou da importância das águas da Transposição do São Francisco para 2026, considerando a perspectiva do fenômeno El Niño. Assim, considera que os debates sobre a questão meteorológica de 2026 devem iniciar ainda em 2025, para antecipação de possíveis problemas, e deve envolver atores como o INPE e outros. No Estado, há bacias com 10% e outras com 90% de armazenamento, com reservatórios vertendo graças ao PISF. Segundo ele, é preocupante o nível de perdas do Sistema Autônomo de

Souza, estimado em mais de 60%, o que demanda volumes maiores de água para atendimento da população local, e o Açude São Gonçalo, que é federal, e que também atende a um perímetro de irrigação antigo de grande vazão, por onde passam as águas da Transposição.

Leandro Viana e Willie Nelson Farias do Nascimento, representando o Estado do Maranhão, deram destaque para o Programa Poço Legal, já que se estima que somente 10% dos poços no Estado é regularizado. Sobre os desafios, o primeiro é a recuperação da Barragem de Flores, que está com sua válvula de dispersão quebrada, dificultando sua adequada operação. Sobre isso, o representante do **DNOCS** informou que há expectativa de conclusão do processo de licitação ainda em junho, para recuperação e reposição de equipamentos. Outro desafio é a ampliação da Rede de Monitoramento, já que a parte oeste do Estado está descoberta, além de barreiras financeiras. O **Estado solicitou reunião com a ANA**.

Os representantes do Estado de Pernambuco, **Marcelo Asfora e Gustavo Gurgel**, falaram da condição de seca grave onde, dos 185 municípios, 128 municípios estão com Decreto de Emergência de Seca e 1,2 milhões de pessoas atingidas por essa situação. No Ramal do Agreste, são necessárias ações de manutenção dos canais para evitar cortes no abastecimento e impactos diretos ou indiretos em mais de 40 municípios. Foi informada a implantação de saneamento rural e sobre a concessão de serviço de distribuição de água, com o estado responsável pela produção da água. E, dos 93 reservatórios monitorados pela APAC/PE, alguns são preocupantes por sua importância para o abastecimento de grandes cidades.

No Estado do Piauí, segundo **Jefferson Lucas Matias Sousa**, a situação dos reservatórios, em termos de acumulação, está acima dos demais Estados do NE, com uma média de 71%. No entanto, o volume reservado é baixo. Falou sobre a aprovação, em 2024, do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e da Cobrança pelo Uso da Água em 2023, mas que apresenta resistências para sua implementação. Foram apontadas, ainda, lacunas de informações e necessidade de monitoramento e conhecimento da água armazenada no Estado, e a necessidade de ampliação da oferta hídrica, pois a açudagem no Estado é baixa.

Paulo Varela, representando o Estado do Rio Grande do Norte, iniciou sua fala pela preocupação com a desconfiguração da normal climática que balizou, até então, a gestão de recursos hídricos e o planejamento das infraestruturas hídricas. Nesse sentido, é necessária maior reflexão sobre as previsões e ações de gestão no semiárido. Sobre as condições de disponibilidade hídrica, apesar das chuvas que caíram no nordeste setentrional, a recarga dos reservatórios, em especial, na PB e RN, foi ruim. Todos os açudes do RN estarão em situação pior no final deste ano e, se 2026 for um ano ruim, será um ano desafiador. O RN apresenta hoje 55% de armazenamento, no entanto, há grande concentração nas barragens Armando Ribeiro Gonçalvez, Santa cruz e Umari, sendo que localmente há problemas graves. Falou do esforço do Estado na recuperação de 28 barragens, entretanto, grande parte das barragens do Estado é de responsabilidade do DNOCS e precisam ser recuperadas. Quanto ao aumento da oferta de água, citou alguns programas, como o de Perfuração de Poços. Entre as obras estruturantes, a Adutora do Seridó dará 100% de garantia à região. Enfatizou que neste ano o Estado precisará receber as águas do PISF e apontou como desafio o fato de a água passar pelo Estado da PB, em rios naturais. Outros desafios são o monitoramento e a alocação da água, o que não comporta um corte na operação da RHN, que considera questão de segurança nacional e apontou para a necessidade de uma ação política nesse sentido. E a Cobrança pelo Uso da

Água, que foi aprovada pelo Comitê do Piancó-Piranhas-Açu, mas precisa ser votada no CNRH – apoio ANA e MIDR ao Comitê até sua efetivação.

Ainda pelo Estado do Rio Grande do Norte, **Procópio Lucena**, confirmou a baixa reservação, em 50% da capacidade de acumulação. São 80 reservatórios monitorados pelo Estado e todos com menor recarga que no ano passado. Necessária cooperação pelo uso da água, por meio de diálogo com todos envolvidos. Destacou a Região de Seridó, que apresenta o menor acúmulo de água, 17% da capacidade, em uma região cristalina, com poços com pouca capacidade de resposta.

O representante do Estado de Sergipe, **Luiz Carlos Sousa Silva**, falou da importância do monitoramento dos reservatórios, que é feito com apoio da ANA. O Estado possui grande dependência do rio São Francisco, e há falta de disponibilidade hídrica em várias regiões. Dentre os desafios, tem-se o desenvolvimento de metodologia e diretrizes para alocação de água e emissão de outorgas em bacias críticas, inclusive para lançamento, consolidar a cobrança pelo uso da água, devido a inadimplências, ações voltadas a melhorar a segurança de barragens, mecanismos para sustentabilidade financeira, pois há grande dependência do Progestão, construção do Canal do Xingó para atender a região mais crítica, recuperação de barragens do DNOCS, entre outras.

Ricardo Lins, que representa o Comitê da Bacia dos Rios Piancó-Piranhas-Açu, destacou a necessidade de implementar a Cobrança pelo Uso da Água naquela bacia hidrográfica.

Pelo DNOCS, **Luiz Hernani de Carvalho Júnior**, informou dos cortes orçamentários sofridos, mas que o MIDR está sensível à situação, e reforçou o que já foi dito sobre o Açude Fronteiras, além da recuperação de obras em SE e expectativa de conclusão do contrato da Adutora do Pajeú, na PB e em PE, em 2026.

Bruno Cravo Alves, do MIDR, falou das dificuldades orçamentárias e do empenho do Ministro Valdez, inclusive com visitas *in loco* às obras do Semiárido. Reforçou o compromisso do Ministério com a operacionalização do PISF, informando a assinatura de ordem de serviço no valor de R\$ 0,5 Mi para duplicação da capacidade de bombeamento do eixo norte. Outro desafio será sua operação desde o rio Piranhas, a partir de julho, para entrega da água ao RN, sendo fundamental o apoio da ANA na definição de um plano de medição de vazão enquanto não se tem as estruturas definitivas de medição. No CE, há a expectativa de operacionalização do Ramal do Salgado e o Ramal do Apodi, até meados de 2026.

Pela Casa Civil, **Irani Ramos** falou sobre os cortes orçamentários e sobre a preocupação com a RHN e endereçou o tema internamente na Casa Civil. Falou do compromisso do Governo com a agenda *Caminho das Águas*, coordenada pelo MIDR, e sobre as diretrizes do PAC, que são: obras em andamento devem continuar, além daquelas com impactos diretos e possibilidades de entregas para a população. Por fim, evidenciou avanços na carteira de obras, em termos de execução e conclusão. **Sérgio Cotrim** apresentou a situação das obras em cada Estado.

Por fim, **Marco Neves** lembrou que a cooperação institucional na governança da água é vital para a resiliência às alterações climáticas no âmbito das bacias hidrográficas e resumiu, como seguem, os principais pontos e encaminhamentos da reunião:

- 1. 7ª Reunião do GTA:** foco em previsão climática, em setembro ou outubro deste ano, em decorrência do prognóstico de acirramento de questões climáticas para 2026;
- 2. Comitê do Piancó-Piranhas-Açu:** Celeridade na aprovação da Cobrança pelo Uso da Água pelo CNRH. Até sua efetivação, envidar esforços para que a ANA e o MIDR contribuam na manutenção da Secretaria Executiva do Comitê. Marcar reunião com Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (reunião realizada em 25/06/2025);
- 3. Recomposição orçamentária da ANA:** continuidade das ações do Singreh e atores políticos para assegurar a recomposição orçamentária da ANA objetivando, entre outros, a adequada operação da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN.
- 4. PISF:** ressalta-se a importância do PISF para a resiliência às alterações climáticas na Região Nordeste, o que inclui Sistemas Estruturantes e outras obras e, também, barragens e açudes em condições adequadas para sua operação; e
- 5. Captação de águas subterrâneas:** ressalta-se a importância da perfuração e recuperação de poços para captação de água subterrânea objetivando aumentar a oferta hídrica na região.

Lista de Presença - 6ª Reunião do GTA Segurança Hídrica do Nordeste.

Nome	Instituição
Marco Neves	ANA
Viviane Brandão	ANA
Joaquim Gondim	ANA
Wesley Gabrieli de Souza	ANA
Bruno Rebouças	ANA
Diana Wahrendorff Engel	ANA
Tibério Pinheiro	ANA
Bruno Collischonn	ANA
Antônio Augusto Borges de Lima	ANA
Geraldo Lucatelli	ANA
Othon Fialho de Oliveira	ANA
Wagner Silva	ANA
Ana Lucia Dolabella	ANA
Irani Ramos	Casa Civil
Sérgio Cotrim	Casa Civil
Bruno Cravo Alves	MIDR
Luiz Hernani de Carvalho Júnior	DNOCS
Ricardo Lins	Comitê Piancó-Piranhas-Açu
Paulo Varela	SEMARH-RN
Dara Guedes	SEMARH-RN
Carlos Nobre	SEMARH-RN
Procópio Lucena	IGARN-RN
Porfírio Loureiro	AESA-PB
Gino Oliveira	AL
Antônio Martins de Oliveira Rocha	INEMA-BA
Willie Nelson Farias do Nascimento	SEMA-MA
Leonardo Viana	SEMA - MA
José Ailton Sousa Brasil	SRH-CE
Ramon Rodrigues	SRH-CE

Jefferson Lucas Matias Sousa	SEMAR - PI
Procópio Lucena	IGARN
Gustavo Gurgel	APAC-PE
Marcelo Asfora	APAC-PE
Maria Lorenzza Pinheiro Leite	APAC-PE
Luiz Carlos Sousa Silva	SEMAC – SE